

2.1 RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

2.1.1 Da Previsão da Receita e da Fixação da Despesa

O Orçamento do Poder Executivo, constante no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2007, aprovado pela Lei nº. 1.753, de 26 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado - D.O.E nº. 2.315, de 27 de dezembro de 2006, estimou o total de R\$ 3.501.201.002,00 para a Receita e fixou a Despesa em igual valor, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

2.1.1.1 Receita Prevista

Durante a execução orçamentária, a receita prevista foi alterada para R\$ 3.875.380.166,00, face a atualização das receitas: tributária, transferências correntes, operações de crédito, alienações de bens, amortização de empréstimos e transferências de capital.

TABELA 1 - PREVISÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICACAO	INICIAL	ATUALIZADA	% PART.
RECEITAS CORRENTES	3.447.389.372,00	3.519.207.621,00	94,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	964.709.608,00	966.586.308,00	25,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	132.925.000,00	132.925.000,00	3,56
RECEITA PATRIMONIAL	169.249.900,00	169.249.900,00	4,54
RECEITA DE SERVIÇOS	2.031.000,00	2.031.000,00	0,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.154.645.386,00	2.224.586.935,00	59,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.828.478,00	23.828.478,00	0,64
RECEITAS DE CAPITAL	548.367.895,00	606.728.810,00	16,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	138.405.127,00	200.378.539,00	5,37
ALIENAÇÕES DE BENS	1.875.000,00	1.853.200,00	0,05
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	15.000.000,00	12.999.120,00	0,35
TRANSFÊNCIAS DE CAPITAL	393.087.768,00	391.497.951,00	10,49
RECEITAS CORR. INTRA-ORÇAM.	83.000.000,00	83.000.000,00	2,22
DEDUÇÕES DA RECEITA	-333.556.265,00	-333.556.265,00	(8,94)
SUB TOTAL DO PODER EXECUTIVO	3.745.201.002,00	3.875.380.166,00	
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	(244.000.000,00)	(144.520.086,00)	(3,87)
TOTAL DO PODER EXECUTIVO	3.501.201.002,00	3.730.860.080,00	100,00

Fonte: Siafem/TO

Os créditos orçamentários para o exercício de 2007, conforme demonstra a Tabela 2, estão classificados de acordo com a seguinte codificação de destinação dos recursos públicos:

- 00 - Recursos Ordinários da Administração Direta e Indireta;
- 10 a 39 - Recursos do Tesouro - Administração Direta;
- 40 a 90 - Recursos das Autarquias, Fundações e Fundos.

TABELA 2 - ORÇAMENTO EXECUTIVO/CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS POR FONTES DE RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	REDUÇÃO	CRÉDITOS ESPECIAIS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	TOTAL AUTORIZADO	% PART.
00 RECURSOS ORDINARIOS	2.018.219.547,00	765.568.852,00	23.963.866,00	818.455.795,00	2.095.070.356,00	56,16
10 COTA-PARTE DO INDESP	1.000.000,00	65.600,00	-	65.600,00	1.000.000,00	0,03
11 CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCAÇÃO	11.117.354,00	191.033,00	-	702.473,00	11.628.794,00	0,31
14 FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL. PROFIS.-FUNDEB	247.724.242,00	58.466.388,00	-	93.466.388,00	282.724.242,00	7,58
16 COTA - PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	6.000.000,00	2.388.699,00	-	4.881.852,00	8.493.153,00	0,23
20 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA - EM MOEDA	21.126.515,00	15.386.577,00	11.587.076,00	5.749.501,00	23.076.515,00	0,62
23 RECURSOS DE CONVÊNIO COM A INICIATIVA PRIVADA	380.000,00	10.200,00	-	10.200,00	380.000,00	0,01
24 CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	0,27
25 CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS(ADM. DIRETA)	155.201.263,00	83.381.950,00	45.358.540,00	80.332.177,00	197.510.030,00	5,29
27 COTA PARTE DO CONVÊNIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	4.630.000,00	2.777.974,00	-	3.037.974,00	4.890.000,00	0,13
30 RECURSOS DE CONV. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	86.487,00	-	-	-	86.487,00	0,00
35 COTA - PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	9.500.000,00	985.000,00	-	985.000,00	9.500.000,00	0,25
36 DOAÇÃO	-	-	-	33.134.662,00	33.134.662,00	0,89
37 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	-	36.930,00	-	182.930,00	146.000,00	0,00
40 RECURSOS PRÓPRIOS	58.170.334,00	20.247.017,00	4.298.400,00	16.758.289,00	58.980.006,00	1,58
41 RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	282.000.000,00	40.478.000,00	4.000.000,00	36.478.000,00	282.000.000,00	7,56
42 ASSISTÊNCIA MÉDICA	57.000.000,00	4.097.200,00	-	14.431.200,00	67.334.000,00	1,80
45 RECURSOS DE CONVÊNIO ESTADUAIS E/ OU MUNICIPAIS	-	-	-	340.000,00	340.000,00	0,01
50 RECURSOS DE CONVÊNIO COM A INICIATIVA PRIVADA	3.963.390,00	1.379.670,00	-	2.136.270,00	4.719.990,00	0,13
60 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	-	-	-	262.105,00	262.105,00	0,01
70 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA - EM MOEDA	55.278.612,00	1.657.841,00	-	1.657.841,00	55.278.612,00	1,48
71 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA-EM BENS E/OU SERVIÇOS	62.000.000,00	43.589.690,00	-	105.300.997,00	123.711.307,00	3,32
80 RECURSOS DE CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS	301.928.258,00	102.423.394,00	24.003.300,00	38.953.854,00	262.462.018,00	7,03
82 CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	32.000.000,00	6.504.971,00	-	6.504.971,00	32.000.000,00	0,86
86 ALIENAÇÃO DE BENS	21.875.000,00	5.421.494,00	2.150.000,00	5.457.894,00	24.061.400,00	0,64
88 OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-INTERNAS	-	-	-	25.433,00	25.433,00	0,00
89 OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-EXTERNAS	-	16.000,00	-	60.970,00	44.970,00	0,00
90 TRANSF. REC. FUNDO A FUNDO	142.000.000,00	48.548.815,00	-	48.548.815,00	142.000.000,00	3,81
TOTAL	3.501.201.002,00	1.203.623.295,00	115.361.182,00	1.317.921.191,00	3.730.860.080,00	100,00

Fonte: Sifem/TO

2.1.1.2 Despesa Fixada

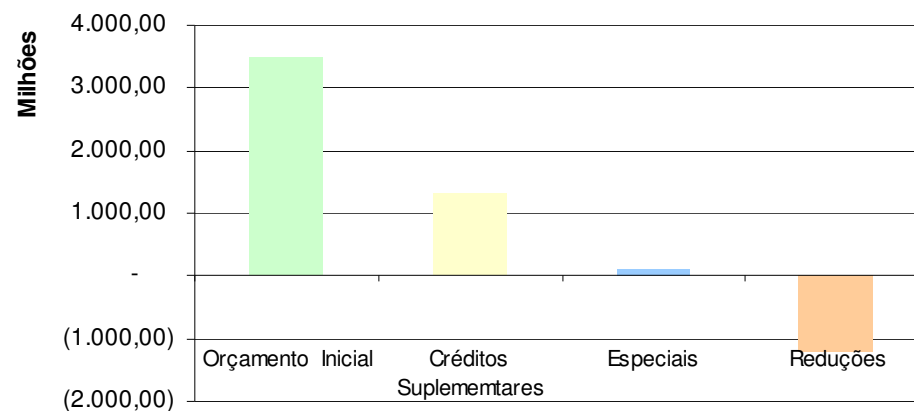
Em relação às despesas, o valor fixado de R\$3.501.201.002,00 sofreu alterações em decorrência da abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e reduções, perfazendo o total autorizado, para o exercício de 2007, de R\$ 3.730.860.080,00.

TABELA 3 - ORÇAMENTO EXECUTIVO/ CRÉDITOS ADICIONAIS

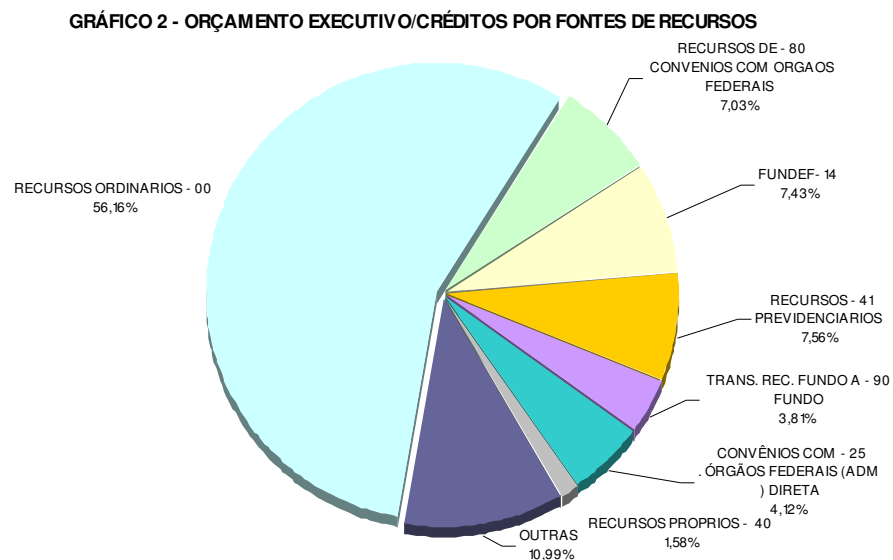
(+) Orçamento Inicial	3.501.201.002,00
(+) Créditos Suplementares	1.317.921.191,00
(+) Créditos Especiais	115.361.182,00
(-) Reduções	1.203.623.295,00
(=) Créditos Orçamentários	3.730.860.080,00

Fonte: Siafem/TO

GRÁFICO 1 - ORÇAMENTO EXECUTIVO/CRÉDITOS ADICIONAIS



Dentre as fontes de recursos em que os créditos orçamentários autorizados estão classificados, destacam-se as seguintes:



As Fontes de Recursos com participação expressiva no total de autorizado de R\$ 3.730.860.080,00 são: Recursos Ordinários, fonte 00, com 56,16%; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização Profissional - FUNDEB, fonte 14, com 7,58%; Recursos Previdenciários, fonte 41, com 7,56% e Recursos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 80, com 7,03%, totalizando 78,33%, conforme constata-se no gráfico 02.

2.1.1.2 Despesa Autorizada

Em relação às despesas, o valor fixado de R\$ 3.501.201.002,00 sofreu alterações em decorrência da abertura de créditos adicionais, perfazendo o total autorizado de R\$ 3.730.860.080,00.

Conforme demonstrará na Tabela 4, a maior participação no orçamento autorizado corresponde às seguintes entidades: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Tocantins - DERTINS, com 16,97%; Secretaria da Educação e Cultura, com 15,42%; Fundo Estadual de Saúde, com 14,37%; Recursos Sob Supervisão da SEFAZ, com 11,59%; em razão destas serem responsáveis pela aplicação em despesa por função em setores estratégicos como Infra-estrutura, Educação, Saúde, Transporte e manutenção da Dívida Fundada.

A Tabela 4 demonstra a despesa autorizada por Órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos.

TABELA 4 - DESPESA AUTORIZADA APÓS INCORPORAÇÃO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

ÓRGÃOS	CATEGORIA ECONÔMICA			TOTAL AUTORIZADO	% PART
	CORRENTES		CAPITAL		
	PESSOAL	CUSTEIO			
GABINETE DO GOVERNADOR	13.265.400,00	30.142.310,00	573.399,00	43.981.109,00	1,18
CASA CIVIL	1.600.698,00	1.534.322,00	115.785,00	3.250.805,00	0,09
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	143.509.401,00	12.348.997,00	4.403.523,00	160.261.921,00	4,30
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	1.615.964,00	305.841,00	68.940,00	1.990.745,00	0,05
REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	2.393.454,00	523.540,00	187.140,00	3.104.134,00	0,08
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	10.407.055,00	2.687.952,00	4.118.010,00	17.213.017,00	0,46
CASA MILITAR	1.646.271,00	1.439.901,00	37.100,00	3.123.272,00	0,08
VICE-GOVERNADORIA	1.343.007,00	365.503,00	123.488,00	1.831.998,00	0,05
CORPO DE BOMBEIROS	10.484.435,00	1.713.275,00	964.225,00	13.161.935,00	0,35
DEFENSORIA PÚBLICA	5.677.599,00	1.624.509,00	887.954,00	8.190.062,00	0,22
FUNDO DE MODERNIZ. CORPO DE BOMBEIRO	-	179.034,00	110.466,00	289.500,00	0,01
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	-	218.000,00	27.659.120,00	27.877.120,00	0,75
INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPIRITO SANTO	2.493.100,00	719.300,00	62.600,00	3.275.000,00	0,09
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	-	852.805,00	250.000,00	1.102.805,00	0,03
FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	-	1.008.898,00	-	1.008.898,00	0,03
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENV. URBANO	355.000,00	-	11.664.000,00	12.019.000,00	0,32
FUNDO DE DESENV. URBANO E PRESERV. AMBIENTAL	-	-	5.978.200,00	5.978.200,00	0,16
FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR	-	-	3.395.900,00	3.395.900,00	0,09
FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA	-	330.600,00	38.300,00	368.900,00	0,01
FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA	-	70.000,00	150.000,00	220.000,00	0,01
AGÊNCIA TOC. DE REGULAÇÃO, CONT. E FISC.	1.686.810,00	1.010.311,00	2.325.004,00	5.022.125,00	0,13
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	4.816.283,00	35.329.749,00	181.348,00	40.327.380,00	1,08
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	4.309.536,00	10.044.931,00	2.713.534,00	17.068.001,00	0,46
INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS	9.586.947,00	7.683.413,00	2.639.126,00	19.909.486,00	0,53
SECRETARIA DO ESPORTE	3.584.637,00	6.214.716,00	8.603.838,00	18.403.191,00	0,49
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	14.803.805,00	5.730.261,00	5.346.832,00	25.880.898,00	0,69
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	-	751.154,00	509.540,00	1.260.694,00	0,03
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	-	106.100,00	333.900,00	440.000,00	0,01
FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS	-	687.000,00	-	687.000,00	0,02
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.248.574,00	683.018,00	127.434,00	9.059.026,00	0,24
FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	6.676.273,00	18.832.010,00	25.508.283,00	0,68
SECRETARIA DO GOVERNO	25.282.053,00	1.303.621,00	80.787,00	26.666.461,00	0,71
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	7.394.472,00	2.267.835,00	741.351,00	10.403.658,00	0,28
FUNDO DE CAP. DOS SERV. DO P. EXECUTIVO	-	648.478,00	30.861,00	679.339,00	0,02
SUB-TOTAL	274.504.501,00	135.201.647,00	103.253.715,00	512.959.863,00	13,75

TABELA 4 - DESPESA AUTORIZADA APÓS INCORPORAÇÕES DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

ÓRGÃOS	CATEGORIA ECONÔMICA			TOTAL AUTORIZADO	% PART
	CORRENTES		CAPITAL		
	PESSOAL	CUSTEIO			
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO EST. TOCANTINS	2.472.000,00	50.070.000,00	230.458.000,00	283.000.000,00	7,59
FUNDO DE ASSIST. À SAÚDE DOS SERV. PÚB.	1.027.000,00	64.902.000,00	1.405.000,00	67.334.000,00	1,80
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	-	1.576.000,00	550.000,00	2.126.000,00	0,06
SECRETARIA DA FAZENDA	78.331.070,00	24.616.516,00	3.729.950,00	106.677.536,00	2,86
FUNDO DE MODERN. E DESENVOLVIMENTO FAZ.	-	2.119.610,00	93.183,00	2.212.793,00	0,06
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	408.637.073,00	107.056.351,00	59.517.954,00	575.211.378,00	15,42
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS	2.797.684,00	9.047.679,00	2.793.107,00	14.638.470,00	0,39
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	236.355.178,00	252.284.823,00	47.652.680,00	536.292.681,00	14,37
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOC.	-	75.000,00	25.000,00	100.000,00	0,00
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS	500.000,00	761.770,00	2.132.200,00	3.393.970,00	0,09
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	66.135.214,00	15.417.646,00	3.728.358,00	85.281.218,00	2,29
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	8.748.917,00	9.748.753,00	3.118.330,00	21.616.000,00	0,58
SECRETARIA DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTECIM.	7.182.483,00	8.264.691,00	7.771.774,00	23.218.948,00	0,62
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO EST.	18.614.452,00	4.350.421,00	1.000.280,00	23.965.153,00	0,64
INST. RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS	13.266.997,00	16.630.416,00	5.125.224,00	35.022.637,00	0,94
INST. DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS	2.040.015,00	1.895.018,00	4.420.498,00	8.355.531,00	0,22
FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA	-	3.538.730,00	561.270,00	4.100.000,00	0,11
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.902.011,00	4.947.704,00	2.410.653,00	9.260.368,00	0,25
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS	1.759.240,00	1.004.012,00	225.000,00	2.988.252,00	0,08
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	-	1.600.000,00	3.209.283,00	4.809.283,00	0,13
INST. DE PESOS E MEDIDAS DO EST. DO TO	840.054,00	1.515.143,00	78.697,00	2.433.894,00	0,07
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	2.728.445,00	3.381.693,00	2.168.700,00	8.278.838,00	0,22
SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	8.010.970,00	25.996.067,00	42.349.853,00	76.356.890,00	2,05
DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM	24.139.680,00	33.649.228,00	575.282.378,00	633.071.286,00	16,97
SECRETARIA DE REC. HÍDRICOS E MEIO AMB.	2.404.889,00	10.132.710,00	130.173.078,00	142.710.677,00	3,83
SECRETARIA DO TRABALHO E DES. SOCIAL	18.993.600,00	6.699.367,00	579.683,00	26.272.650,00	0,70
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	37.469.615,00	776.728,00	38.246.343,00	1,03
FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	-	1.173.650,00	1.322.050,00	2.495.700,00	0,07
SECRETARIA DA JUVENTUDE	2.882.657,00	13.313.615,00	737.416,00	16.933.688,00	0,45
RECURSOS SOB A SUPERV. DA SEFAZ	-	328.349.422,00	104.012.405,00	432.361.827,00	11,59
RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	0,03
SECRETARIA DE HAB. E DES. URBANO	3.830.653,00	1.493.911,00	22.809.642,00	28.134.206,00	0,75
SUB TOTAL	913.600.282,00	1.043.081.561,00	1.261.218.374,00	3.217.900.217,00	86,25
TOTAL GERAL EXECUTIVO	1.188.104.783,00	1.178.283.208,00	1.364.472.089,00	3.730.860.080,00	100,00

Fonte: Siafem/TO

2.1.2 Execução Orçamentária da Receita

A receita orçamentária arrecadada pelo Poder Executivo, no exercício de 2007, atingiu o montante de R\$ 3.631.743.675,74. A maior fatia desta arrecadação refere-se às Receitas Correntes, ou seja, 85,21%, dentre as quais destaca-se a receita de Transferências Correntes, que contribuiu com 58,33%.

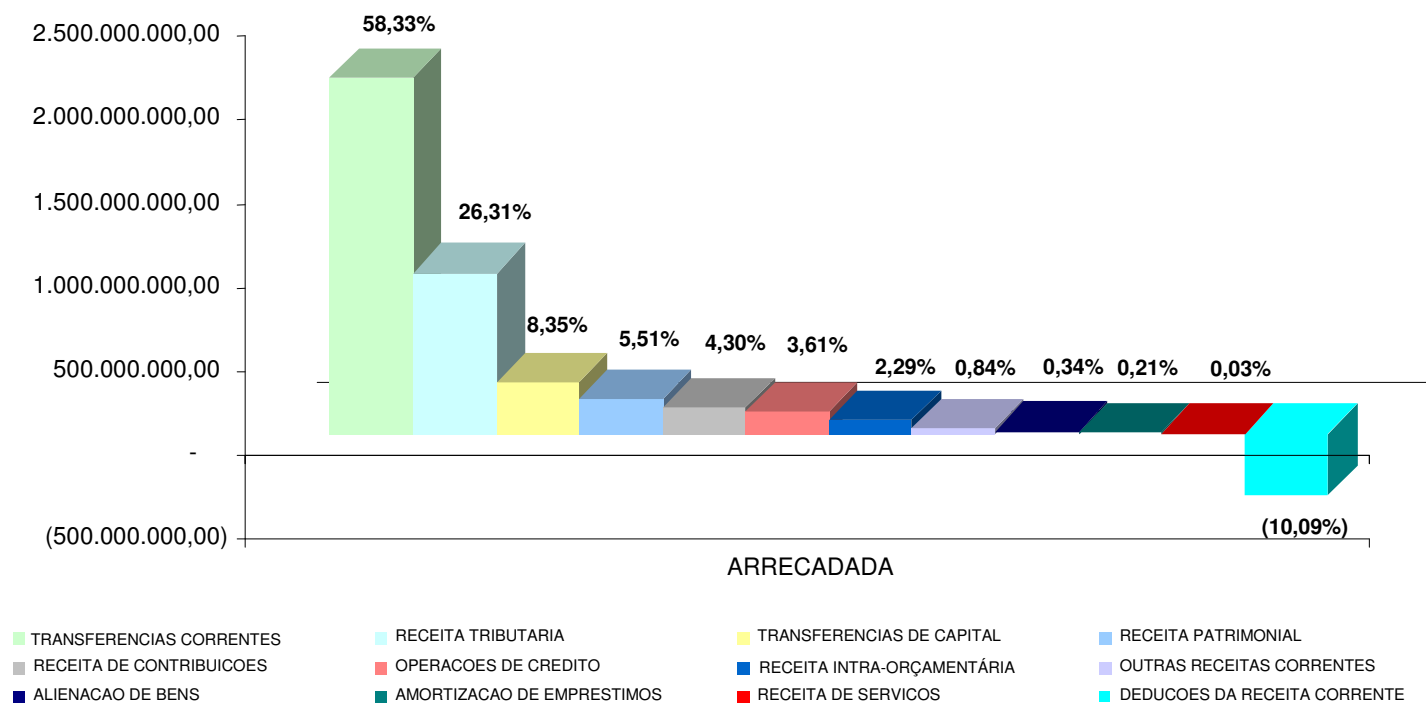
TABELA 5 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITAS				
	PREVISTA		ARRECADADA	VARIÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
	INICIAL	ATUALIZADA			
RECEITAS CORRENTES	3.113.833.107,00	3.185.651.356,00	3.094.780.516,00	97,15	85,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	964.709.608,00	966.586.308,00	955.410.962,66	98,84	26,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	132.925.000,00	132.925.000,00	156.037.316,84	117,39	4,30
RECEITA PATRIMONIAL	169.249.900,00	169.249.900,00	199.966.832,82	118,15	5,51
RECEITA DE SERVIÇOS	2.031.000,00	2.031.000,00	1.142.198,91	56,24	0,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.154.645.386,00	2.224.586.935,00	2.118.373.405,85	95,23	58,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.828.478,00	23.828.478,00	30.463.144,47	127,84	0,84
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(333.556.265,00)	(333.556.265,00)	(366.613.345,55)	109,91	(10,09)
RECEITAS DE CAPITAL	548.367.895,00	606.728.810,00	453.925.304,74	74,82	12,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	138.405.127,00	200.378.539,00	131.044.401,41	65,40	3,61
ALIENAÇÃO DE BENS	1.875.000,00	1.853.200,00	12.327.034,82	665,18	0,34
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	15.000.000,00	12.999.120,00	7.481.854,79	-	0,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	393.087.768,00	391.497.951,00	303.072.013,72	77,41	8,35
REC. COR. INTRA-ORÇAM.	83.000.000,00	83.000.000,00	83.037.855,00	100,05	2,29
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	83.000.000,00	83.000.000,00	83.037.855,00	100,05	2,29
TOTAL GERAL	3.745.201.002,00	3.875.380.166,00	3.631.743.675,74	93,71	100,00

Fonte: Siafem/TO

O Gráfico 3 evidencia a receita orçamentária arrecadada no exercício de 2007 por subcategoria econômica, com destaque para as receitas tributárias e de transferências correntes.

GRÁFICO 3 - RECEITA ARRECADADA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA



Conforme pode-se verificar na Tabela 6, a Receita Tributária, segunda maior fonte de arrecadação do Poder Executivo, representou, em 2007, 30,87% da Receita Corrente, e 26,31% do total geral arrecadado, superando a arrecadação do exercício de 2006 em 12,01%.

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTARIA

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			EXEC. %	PART. %	EVOL. %
	ARRECADADA	PREVISTA	ARRECADADA			
	2006	2007	2007			
IMPOSTOS	824.834.463,20	922.043.169,00	910.934.803,94	98,80	95,34	10,44
IRRF	80.992.327,89	82.803.822,00	86.332.224,86	104,26	9,04	6,59
IPVA	35.264.871,80	41.193.375,00	48.155.345,21	116,90	5,04	36,55
ITCD	1.196.392,49	2.667.897,00	1.917.110,47	71,86	0,20	60,24
ICMS	707.380.871,02	795.378.075,00	774.530.123,40	97,38	81,07	9,49
TAXAS	28.110.301,59	44.543.139,00	44.476.158,72	99,85	4,66	58,22
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	51.170,70	70.000,00	59.572,35	85,10	0,01	16,42
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	458.100,51	3.000.000,00	1.360.174,40	45,34	0,14	196,92
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	508.222,72	961.100,00	257.414,79	26,78	0,03	(49,35)
TAXA JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	2.884.424,82	3.649.597,00	3.569.982,10	97,82	0,37	23,77
TAXAS DE CLASSIFICAÇÕES DE PRODUTOS VEGETAIS	36.220,05	20.000,00	52.380,48	261,90	0,01	44,62
TAXA DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	-	-	60.301,42	-	0,01	-
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24.172.162,79	36.842.442,00	39.116.333,18	106,17	4,09	61,82
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	852.944.764,79	966.586.308,00	955.410.962,66	98,84	100,00	12,01
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	2.693.793.464,38	3.185.651.356,00	3.094.780.516,00	97,15	30,87	14,89

Fonte: Siafem/TO

Dentre as Receitas Tributárias, destacam-se o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que juntos, participam com 95,15% da arrecadação. Deste percentual, o ICMS representa 81,07%, sendo a principal origem de arrecadação das Receitas Tributárias com R\$ 774.530.123,40, ocasionando uma elevação de 9,49%, se comparado ao exercício anterior, bem como o IPVA, também apresentou um aumento considerável de 36,55%; conforme demonstra os gráficos 4 e 5, respectivamente.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

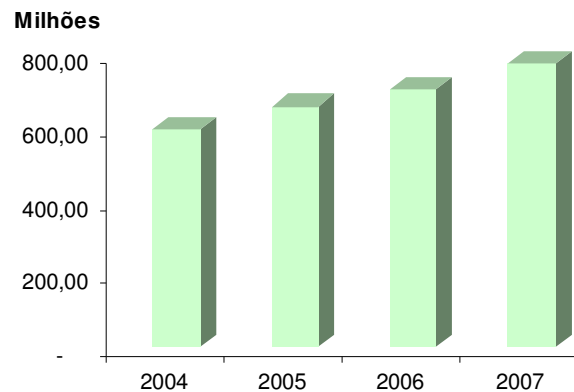
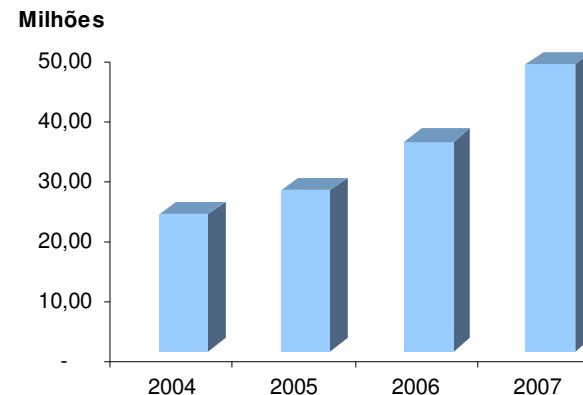


GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO IPVA



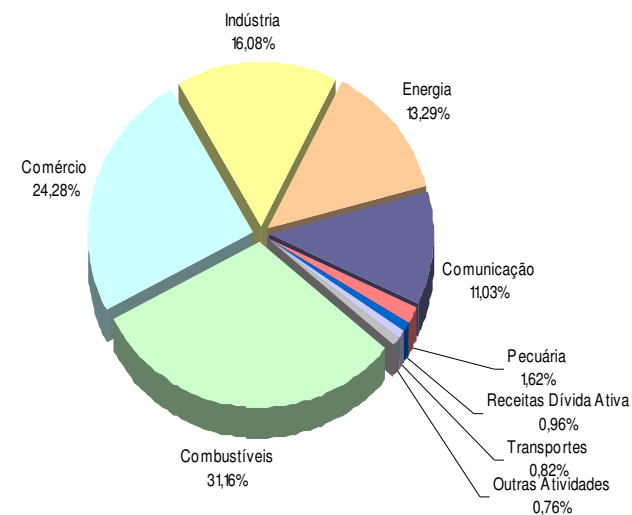
A base contributiva do ICMS é bastante diversificada, com predominância na sua formação das atividades econômicas de Combustíveis, Comércio e Indústria, somando 71,52% do total, as quais se destacaram com crescimentos de 9,08%, 20,79% e 14,38% respectivamente, em relação a 2006.

TABELA 7 - ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ATIVIDADE ECONÔMICA	ANO		VARIÇÃO %	ATIVIDADE %
	2006	2007		
Comércio	158.027.159	190.873.247	20,79	24,28
Indústria	110.543.350	126.435.514	14,38	16,08
Pecuária	13.752.791	12.736.815	(7,39)	1,62
Agricultura	2.009.032	2.590.643	28,95	0,33
Transportes	5.795.747	6.463.577	11,52	0,82
Comunicação	94.529.107	86.691.249	(8,29)	11,03
Energia	99.303.635	104.490.557	5,22	13,29
Combustíveis	224.562.357	244.946.267	9,08	31,16
Receitas Dívida Ativa	10.438.669	7.580.421	(27,38)	0,96
Silvic/Explor	368.223	1.431.829	288,85	0,18
Pesca	116.166	138.336	19,08	0,02
Outras Atividades	2.828.983	4.051.846	43,23	0,52
SUBTOTAL	722.275.219	788.430.301	9,16	100,29
DEDUÇÕES ICMS	1.825.974	2.257.495	23,63	0,29
TOTAL	720.449.245	786.172.806	9,12	100,00

Fonte: DIEF/SEFAZ

GRÁFICO 6 - ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA



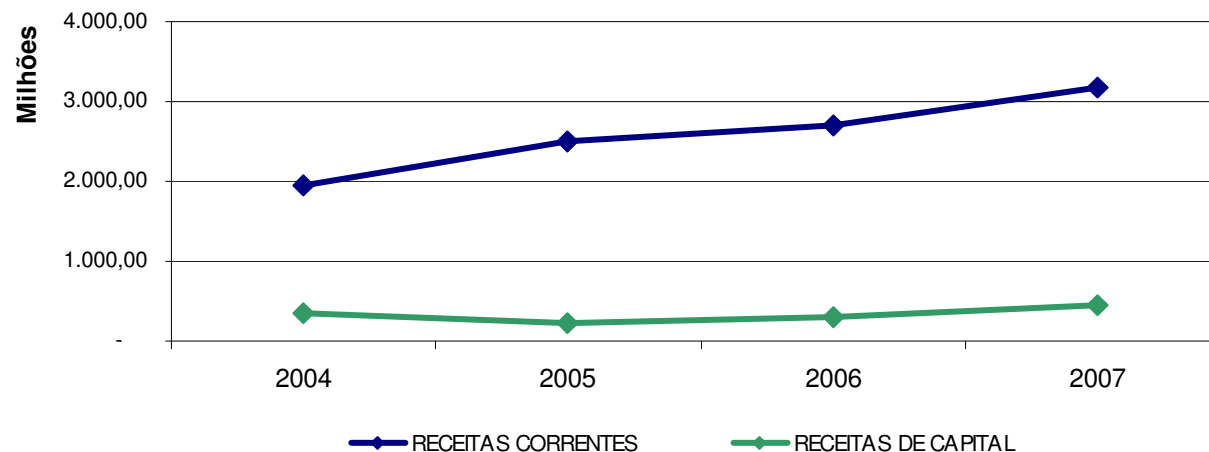
A Tabela 8 e o Gráfico 7 demonstram a composição da receita arrecadada por categoria econômica nos últimos quatro anos. Conforme pode-se constatar, as receitas correntes vêm crescendo ao longo desses anos, enquanto que as receitas de capital demonstram oscilações consideráveis.

TABELA 8 - ARRECADAÇÃO DA RECEITA, POR CATEGORIA ECONÔMICA, NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

EXERCÍCIOS	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%
RECEITAS CORRENTES	1.944.630.590,65	84,72	2.509.641.117,47	92,00	2.693.793.464,38	89,79	3.094.780.516,00	85,21
Tributária	683.236.012,66	29,77	762.727.832,85	27,96	852.944.764,79	28,43	955.410.962,66	26,31
Contribuições	62.765.717,34	2,73	87.726.950,75	3,22	119.303.384,60	3,98	156.037.316,84	4,30
Patrimonial	81.080.499,92	3,53	138.106.048,62	5,06	120.019.690,79	4,00	199.966.832,82	5,51
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	44.688.586,91	1,95	966.740,20	0,04	925.415,62	0,03	1.142.198,91	0,03
Transferências Correntes	1.267.541.224,67	55,22	1.781.392.786,64	65,30	1.869.134.180,66	62,30	2.118.373.405,85	58,33
Outras Receitas Correntes	34.360.099,17	1,50	21.662.793,26	0,79	28.048.527,18	0,93	30.463.144,47	0,84
Dedução para o FUNDEF	(229.041.550,02)	(9,98)	(282.942.034,85)	(10,37)	(296.582.499,26)	(9,89)	(366.613.345,55)	(10,09)
RECEITAS DE CAPITAL	350.664.748,37	15,28	218.216.748,39	8,00	306.374.870,27	10,21	453.925.304,74	12,50
Operações de Créditos	123.918.346,16	5,40	13.545.912,70	0,50	75.101.891,26	2,50	131.044.401,41	3,61
Alienação de Bens	19.217.093,35	0,84	20.074.648,71	0,74	13.896.035,83	0,46	12.327.034,82	0,34
Amorização de Empréstimos	9.411.847,98	0,41	7.142.399,59	0,26	7.965.456,68	0,27	7.481.854,79	0,21
Transferências de Capital	198.117.460,88	8,63	177.453.787,39	6,51	209.411.486,50	6,98	303.072.013,72	8,35
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CONT. INTRA-ORÇAM.	-	-	-	-	-	-	83.037.855,00	2,29
RECEITAS DE CONT. INTRA-ORÇAM.	-	-	-	-	-	-	83.037.855,00	2,29
TOTAL RECEITA ARRECADADA	2.295.295.339,02	100,00	2.727.857.865,86	100,00	3.000.168.334,65	100,00	3.631.743.675,74	100,00

Fonte: Siafem/TO

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO DA RECEITA, POR CATEGORIA ECONÔMICA, NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS



2.1.3 Execução Orçamentária da Despesa

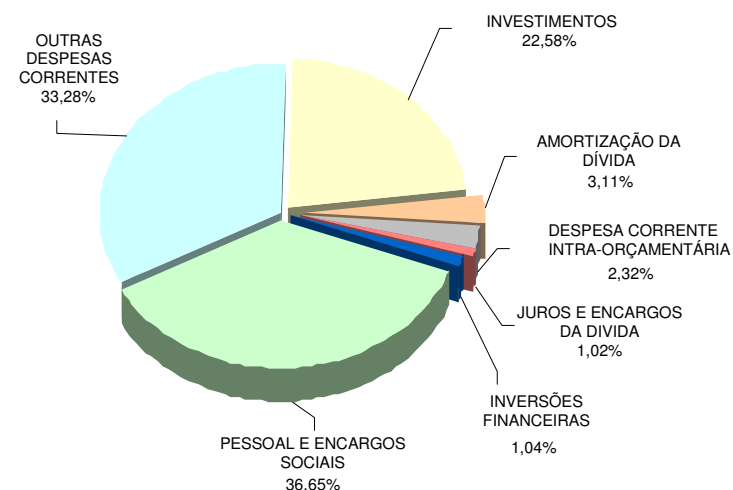
As Despesas Realizadas pelo Poder Executivo, para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 3.023.945.649,46, conforme explicitado na Tabela 9, que, em confronto com a despesa autorizada de R\$ 3.730.860.080,00, apresenta uma economia de dotação orçamentária de R\$ 706.914.430,54.

TABELA 9 - REALIZAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		SALDO ORÇAMENTÁRIO	% PART.
	AUTORIZADA	REALIZADA		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.117.244.064,00	1.108.359.182,45	8.884.881,55	36,65
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	31.407.826,00	30.907.802,76	500.023,24	1,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.146.621.382,00	1.006.218.382,86	140.402.999,14	33,28
DESPESAS CORRENTES	2.295.273.272,00	2.145.485.368,07	149.787.903,93	70,95
INVESTIMENTOS	993.296.517,00	682.838.897,66	310.457.619,34	22,58
INVERSOES FINANCEIRAS	50.105.138,00	31.361.567,16	18.743.570,84	1,04
AMORTIZACAO DA DIVIDA	94.012.405,00	93.964.635,48	47.769,52	3,11
DESPESAS DE CAPITAL	1.137.414.060,00	808.165.100,30	329.248.959,70	26,73
RESERVA DE CONTINGENCIA	227.058.029,00	-	227.058.029,00	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.860.719,00	70.234.405,58	626.313,42	2,32
OBRIG. PATRONAIS - INTRA -ORÇ.	254.000,00	60.775,51	193.224,49	0,00
DESP. CORR. INTRA-ORÇAM.	71.114.719,00	70.295.181,09	819.537,91	2,32
TOTAL	3.730.860.080,00	3.023.945.649,46	706.914.430,54	100,00

Fonte: Siafem/TO

GRÁFICO 8 - DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA



Dentre as Despesas Correntes realizadas, Pessoal e Encargos Sociais é o grupo de maior representatividade, compreendendo 36,65%. Em relação às Despesas de Capital, o grupo Investimento foi destaque, respondendo por 22,58% do total da categoria.

A Tabela 10, relaciona a execução das despesas do Poder Executivo por órgãos e categoria econômica, destacando-se as aplicações através da Secretaria da Educação e Cultura, Fundo Estadual de Saúde, Departamento de Estradas e Rodagem, Recursos sob Supervisão da SEFAZ e Polícia Militar, respondendo por 68,10% do total das despesas realizadas.

TABELA 10 - ORÇAMENTO EXECUTIVO/DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO E CATEGORIA ECONÔMICA

ÓRGÃOS	CATEGORIA ECONÔMICA			TOTAL DA DESPESA REALIZADA
	CORRENTES		CAPITAL	
	PESSOAL	CUSTEIO		
GABINETE DO GOVERNADOR	13.039.588,94	29.378.577,60	462.082,08	42.880.248,62
CASA CIVIL	1.600.696,15	1.380.351,18	115.270,92	3.096.318,25
POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS	143.507.435,85	10.624.685,93	2.347.659,82	156.479.781,60
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	1.591.870,34	253.878,21	64.676,06	1.910.424,61
REPRESENTAÇÃO DO ESTADO	2.392.451,14	457.128,79	138.175,20	2.987.755,13
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	10.326.337,90	2.169.644,53	3.746.538,68	16.242.521,11
CASA MILITAR	1.585.360,09	1.216.998,64	33.078,61	2.835.437,34
VICE-GOVERNADORIA	1.330.266,66	168.495,29	27.340,15	1.526.102,10
CORPO DE BOMBEIROS	10.478.424,58	1.479.686,20	485.046,00	12.443.156,78
DEFENSORIA PÚBLICA	5.672.063,01	1.199.105,67	287.953,01	7.159.121,69
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMB.	-	158.203,46	12.055,00	170.258,46
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECON. E SOCIAL	-	18.854,50	10.758.466,21	10.777.320,71
INSTITUTO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO	2.470.501,46	551.398,89	4.874,89	3.026.775,24
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR	-	258.174,92	67.446,28	325.621,20
FUNDO DE FARDAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	-	862.803,40	-	862.803,40
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENV. URBANO	111.500,76	-	4.060.419,56	4.171.920,32
FUNDO DE DESENV. URBANO E PRESERV. AMB.	-	-	1.472.139,41	1.472.139,41
FUNDO DE APOIO A MORADIA POPULAR	-	-	2.184.992,50	2.184.992,50
FUNDO ESTADUAL DE MODERNIZAÇÃO JURÍDICA	-	229.811,35	22.831,68	252.643,03
FUNDO ESTADUAL DE DEFENSORIA PÚBLICA	-	-	120.054,00	120.054,00
AGÊNCIA TOC. DE REG. CONTROLE E FISC.	1.568.129,99	431.901,16	2.146.705,41	4.146.736,56
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	4.744.694,94	35.119.752,46	166.755,72	40.031.203,12
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	4.308.633,93	3.742.884,81	1.369.495,31	9.421.014,05
INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS	9.552.347,80	2.896.194,78	523.317,65	12.971.860,23
SECRETARIA DO ESPORTE	3.584.635,92	4.507.451,59	8.067.417,55	16.159.505,06
SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA	14.783.517,35	4.941.467,22	591.020,78	20.316.005,35
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	-	449.026,61	251.797,64	700.824,25
FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER	-	26.376,88	184.334,07	210.710,95
FUNDO ESTADUAL ANTIDROGAS	-	15.820,00	-	15.820,00
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.204.930,72	580.274,20	107.824,33	8.893.029,25
FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	1.515.147,51	14.850.789,68	16.365.937,19
SECRETARIA DO GOVERNO	25.282.027,73	1.108.042,28	80.489,20	26.470.559,21
SUB TOTAL EXECUTIVO	266.135.415,26	105.742.138,06	54.751.047,40	426.628.600,72

ÓRGÃOS	CATEGORIA ECONÔMICA			TOTAL DA DESPESA REALIZADA
	CORRENTES		CAPITAL	
	PESSOAL	CUSTEIO		
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	7.393.931,72	1.826.991,97	628.912,25	9.849.835,94
FUNDO DE CAP. DOS SERV. DO POD. EXECUTIVO	-	636.112,05	30.859,79	666.971,84
FUNDO DE PREV. DO ESTADO DO TOCANTINS	1.398.346,92	39.604.913,18	117.754,24	41.121.014,34
FUNDO DE ASSIST. A SAÚDE DOS SERV. PÚB.	768.690,98	64.118.694,27	143.804,26	65.031.189,51
FUNDO DE MODERN. DA GESTÃO PÚBLICA	-	1.230.000,00	234.252,29	1.464.252,29
SECRETARIA DA FAZENDA	78.261.595,89	24.180.058,48	1.486.208,14	103.927.862,51
FUNDO DE MODERN. E DESENVOLVIMENTO FAZ.	-	1.899.798,96	91.700,00	1.991.498,96
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	403.719.303,80	94.726.801,08	26.671.958,22	525.118.063,10
FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO TOCANTINS	2.775.048,34	7.775.942,90	768.807,56	11.319.798,80
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	232.401.957,36	217.454.998,66	7.617.799,79	457.474.755,81
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FMT	1.619.872,17	1.363.831,92	1.344.732,98	4.328.437,07
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - ESC.TEC. SAUDE	1.243.520,37	486.065,42	77.088,32	1.806.674,11
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL	-	19.970,45	-	19.970,45
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO TOCANTINS	-	26.549,55	1.608.301,21	1.634.850,76
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	66.134.169,01	13.622.695,29	1.846.960,02	81.603.824,32
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	8.487.996,39	7.849.870,37	1.989.800,30	18.327.667,06
SECRETARIA DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTEC.	7.181.735,26	7.092.713,59	6.409.365,59	20.683.814,44
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO EST.	18.609.702,07	2.726.520,40	471.793,94	21.808.016,41
INST. RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS	13.266.290,20	7.782.333,38	1.068.439,54	22.117.063,12
INST. DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS	2.039.662,98	1.217.298,65	1.313.984,33	4.570.945,96
FUNDO DE DEFESA AGROPECUÁRIA	-	2.957.193,12	233.900,88	3.191.094,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.902.009,06	2.743.903,83	410.653,00	5.056.565,89
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS	1.733.822,03	523.983,24	65.294,00	2.323.099,27
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	-	506.238,84	7.740,00	513.978,84
INST. DE PESOS E MEDIDAS DO EST. DO TO	837.968,24	1.173.154,97	40.790,70	2.051.913,91
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	2.550.071,40	1.869.205,74	329.586,83	4.748.863,97
SECRETARIA DA INFRA- ESTRUTURA	8.005.444,95	23.372.964,11	17.489.720,45	48.868.129,51
DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM	24.061.375,23	31.390.047,63	446.218.738,39	501.670.161,25
SECRETARIA DE REC. HÍDRICOS E MEIO AMB.	2.391.078,44	4.688.732,61	124.238.165,07	131.317.976,12
SECRETARIA DO TRABALHO E DES. SOCIAL	18.989.544,62	5.260.801,38	446.975,44	24.697.321,44
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	34.015.615,97	355.680,74	34.371.296,71
FUNDO ESTADUAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	-	441.071,36	491.906,57	932.977,93
SECRETARIA DA JUVENTUDE	2.855.287,74	9.932.801,91	557.486,14	13.345.575,79
RECURSOS SOB A SUPERV. DA SEFAZ	-	315.530.253,79	103.027.653,33	418.557.907,12
RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DES. URBANO	3.829.747,60	1.396.694,00	4.577.238,59	9.803.680,19
SUB TOTAL EXECUTIVO	912.458.172,77	931.444.823,07	753.414.052,90	2.597.317.048,74
TOTAL PODER EXECUTIVO	1.178.593.588,03	1.037.186.961,13	808.165.100,30	3.023.945.649,46

Fonte: Siafem/TO

Conforme demonstrado na Tabela 11, o Poder Executivo priorizou, no exercício de 2007, a função “Administração”, com 24,37%, seguida da “Educação”, 16,47%, “Saúde”, 15,32% e “Transporte”, 14,74%, que, juntas, representam 70,90% da despesa realizada.

GRÁFICO 9 – DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

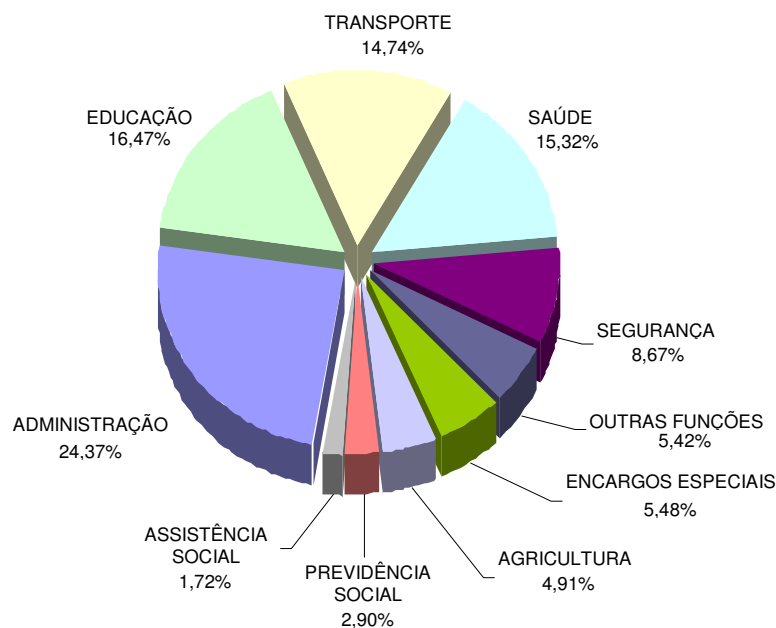


TABELA 11 - DESPESA AUTORIZADA E REALIZADA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA REALIZADA	PART %
JUDICIÁRIA	16.895.339,00	15.730.167,69	0,52
ESSENCIAL À JUSTIÇA	10.597.788,00	7.476.563,46	0,25
ADMINISTRAÇÃO	768.943.994,00	737.070.667,85	24,37
SEGURANÇA PÚBLICA	274.944.055,00	262.209.568,04	8,67
ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.580.548,00	51.885.368,68	1,72
PREVIDÊNCIA SOCIAL	329.721.286,00	87.747.636,73	2,90
SAÚDE	538.200.430,00	463.177.576,41	15,32
TRABALHO	4.967.566,00	3.063.934,14	0,10
EDUCAÇÃO	548.213.886,00	498.126.928,02	16,47
CULTURA	14.638.470,00	11.319.798,80	0,37
DIREITOS DA CIDADANIA	4.705.103,00	1.198.344,07	0,04
URBANISMO	24.955.959,00	11.964.195,29	0,40
HABITAÇÃO	22.905.230,00	4.672.826,89	0,15
SANEAMENTO	18.806.428,00	4.209.520,28	0,14
GESTÃO AMBIENTAL	34.953.244,00	13.194.273,56	0,44
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34.668.309,00	25.258.966,44	0,84
AGRICULTURA	164.251.048,00	148.486.554,42	4,91
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	6.802.750,00	2.404.339,16	0,08
INDÚSTRIA	8.884.592,00	1.307.071,01	0,04
COMÉRCIO E SERVIÇOS	8.429.557,00	3.926.063,04	0,13
COMUNICAÇÕES	45.161.036,00	44.660.979,24	1,48
ENERGIA	6.556.115,00	1.782.682,84	0,06
TRANSPORTE	575.610.158,00	445.879.056,42	14,74
DESPORTO E LAZER	13.434.044,00	11.507.244,63	0,38
ENCARGOS ESPECIAIS	175.033.116,00	165.685.322,35	5,48
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	29,00	-	-
TOTAL	3.730.860.080,00	3.023.945.649,46	100,00

Fonte: Siafem/TO

Analisando o total das despesas realizadas por fontes de recursos, conforme Tabela 12, identifica-se que 66,95% das despesas são provenientes dos Recursos Ordinários, portanto, esta fonte de recurso é responsável pela aplicação das despesas com pessoal e encargos sobre a folha. Enquanto que nas demais, destacam-se as aplicações na área da educação através do Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização Profissional - FUNDEB.

TABELA 12 - CRÉDITOS AUTORIZADOS E DESPESA REALIZADA POR FONTES DE RECURSOS				
FONTES DE RECURSOS	CRÉDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA	%Part.	AH%
00 RECURSOS ORDINÁRIOS	2.095.070.356,00	2.024.667.053,90	66,95	96,64
10 COTA-PARTE DO INDESP	1.000.000,00	187.082,70	0,01	18,71
11 CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO NAC.DESENVOLV.EDUCAÇÃO	11.628.794,00	7.251.808,16	0,24	62,36
14 FUNDO MANUT.DESENV.EDU.BAS.VAL. PROF.-FUNDEB	282.724.242,00	281.107.660,90	9,3	99,43
16 COTA PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	8.493.153,00	8.116.570,44	0,27	95,57
20 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	23.076.515,00	4.939.462,99	0,16	21,4
23 RECURSOS DE CONVÊNIO COM A INICIATIVA PRIVADA	380.000,00	105.557,70	0	27,78
24 CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.000.000,00	9.063.017,85	0,3	90,63
25 CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS (ADM. DIRETA)	197.510.030,00	124.163.770,18	4,11	62,86
27 COTA PARTE DO CONVÊNIO DETRAN/SSP/POL.MILITAR	4.890.000,00	4.349.287,66	0,14	88,94
30 RECURSOS DE CONV. ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	86.487,00	32.304,00	0	37,35
35 COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	9.500.000,00	4.234.404,47	0,14	44,57
36 DOAÇÃO	33.134.662,00	31.683.243,65	1,05	95,62
37 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	146.000,00	82.411,15	0	56,45
40 RECURSOS PRÓPRIOS	58.980.006,00	38.804.254,29	1,28	65,79
41 RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	282.000.000,00	40.507.193,66	1,34	14,36
42 ASSISTÊNCIA MÉDICA	67.334.000,00	65.031.189,51	2,15	96,58
45 RECURSOS DE CONVÊNIOS ESTADUAIS E/OU MUNICIPAIS	340.000,00	339.999,97	0,01	100
50 CONVÊNIOS COM A INICIATIVA PRIVADA	4.719.990,00	672.241,02	0,02	14,24
60 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	262.105,00	262.104,23	0,01	100
70 OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA - EM MOEDA	55.278.612,00	10.792.068,02	0,36	19,52
71 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA-EM BENS E/OU SERVIÇOS	123.711.307,00	123.711.305,37	4,09	100
80 RECURSOS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	262.462.018,00	92.089.788,10	3,05	35,09
82 CONT. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	32.000.000,00	28.121.219,65	0,93	87,88
86 ALIENAÇÃO DE BENS	24.061.400,00	6.843.319,86	0,23	28,44
88 OPERAÇÕES FINANCEIRAS NÃO REEMBOLSÁVEIS-INTERNAS	25.433,00	15.600,00	0	61,34
89 OPERAÇÕES FINANC. NÃO REEMBOLSÁVEIS - EXTERNAS	44.970,00	22.948,02	0	51,03
90 TRANSF. DE REC. FUNDO A FUNDO	142.000.000,00	116.748.782,01	3,86	82,22
TOTAL	3.730.860.080,00	3.023.945.649,46	100	81,05

2.1.4 Demonstrações Contábeis

2.1.4.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o instrumento que permite demonstrar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, consoante disposto no art. 102 da Lei nº. 4.320/64.

EM R\$ MIL

TABELA 13 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	3.185.652	3.094.781	(90.871)	Créditos Inicial e Suplementares	3.656.024	3.001.503	(654.521)
Rec. Corrente Intra-orçamentária	83.000	83.038	38	Créditos Especiais	74.836	22.443	(52.393)
Receitas de Capital	606.729	453.925	(152.804)	Transfer. Financ. Concedidas	249.078	254.713	5.635
Superávit Financeiro Ex. Anterior	104.557	-	(104.557)				
Transfer. Financ. Recebidas	-	1.068	1.068				
S O M A	3.979.938	3.632.812	(347.126)	S O M A	3.979.938	3.278.659	(701.279)
D É F I C I T	-	-	-	S U P E R Á V I T	-	354.153	354.153
T O T A L	3.979.938	3.632.812	(347.126)	T O T A L	3.979.938	3.632.812	(347.126)

Fonte: Siafem/TO

O resultado da execução orçamentária do exercício de 2007, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, foi superavitário em R\$ 354.153 mil. A análise objetiva do quociente do resultado orçamentário demonstra que para cada R\$ 1,00 de despesa executada, R\$ 1,11 de receita foi realizada.

Desta forma, verifica-se uma eficiência da arrecadação, face ao total da previsão da receita, atingindo 93,74%, ou seja, de cada R\$ 1,00 previsto, R\$ 0,94 foram arrecadados. Quanto às despesas, a cada R\$ 1,00 autorizado, apenas R\$ 0,82 foi executado, portanto, uma economia orçamentária de R\$ 0,18.

2.1.4.2 BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o art. 103 da Lei n° 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o seguinte.

TABELA 14 - BALANÇO FINANCEIRO					
RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	R\$ EM MIL	R\$ EM MIL	TÍTULOS	R\$ EM MIL	R\$ EM MIL
Orçamentárias		3.631.744	Orçamentárias		3.023.945
Receitas Correntes	3.094.781		Despesas Correntes	2.145.485	
Receitas de Capital	453.925		Despesas de Capital	808.165	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	83.038		Despesas Correntes - Intra-Orçamentária	70.295	
Transferências Financ. Recebidas	1.068	1.068	Transferências Financ. Concedidas	254.713	254.713
Extra - Orçamentárias		3.963.638	Extra - Orçamentárias		3.985.176
Inscrição da Dívida Flutuante	3.678.925		Pagamento da Dívida Flutuante	3.695.372	
Recebimento de Valores Realizáveis	278.845		Inscrição de Valores Realizáveis	272.804	
Valores Pendentes a Curto Prazo	242		Valores Pendentes a Curto Prazo	-	
Variação Cambial	3		Variação Cambial	-	
Ajustes de Créditos	189		Ajustes de Créditos	-	
Provisões Investimentos - RPPS	5.434		Provisões Investimentos - RPPS	17.000	
Saldo do Período Anterior		1.077.462	Saldo para o Exercício Seguinte		1.410.078
Disponível	188.322		Disponível	254.547	
Agentes Arrecadadores	429		Agentes Arrecadadores	789	
Recursos a Receber	151.319		Recursos a Receber	185.734	
Investimentos dos Recursos do RPPS	705.018		Investimentos dos Recursos do RPPS	969.008	
Realizável a Longo Prazo	32.374		Realizável a Longo Prazo	-	
TOTAL		8.673.912	TOTAL		8.673.912

Fonte: Siafem/TO

Os valores relativos às receitas e despesas orçamentárias já foram foco de análise quando da interpretação do resultado orçamentário, na página anterior. No que diz respeito à execução extra-orçamentária, fica evidenciado que o total das despesas supera em 1,01% o montante de receitas, comprovando um déficit de recursos extra-orçamentários de R\$ 21.538 mil, no exercício de 2007, contudo, tal resultado é justificado haja vista que os ingressos ocorreram em exercícios anteriores.

No grupo extra-orçamentário, destacam-se a inscrição e o pagamento da Dívida Flutuante, que contribuíram com 92,82% e 92,73%, respectivamente, para as receitas e as despesas desta natureza. Nota-se que, do montante das inscrições da dívida flutuante, R\$ 40.917 mil refere-se à inscrição de restos a pagar, correspondendo a 2,90% do saldo financeiro para o exercício seguinte, que é de R\$ 1.410.078 mil.

O Saldo Financeiro que passa para o período seguinte representa um aumento de 30,87% em relação ao saldo do período anterior.

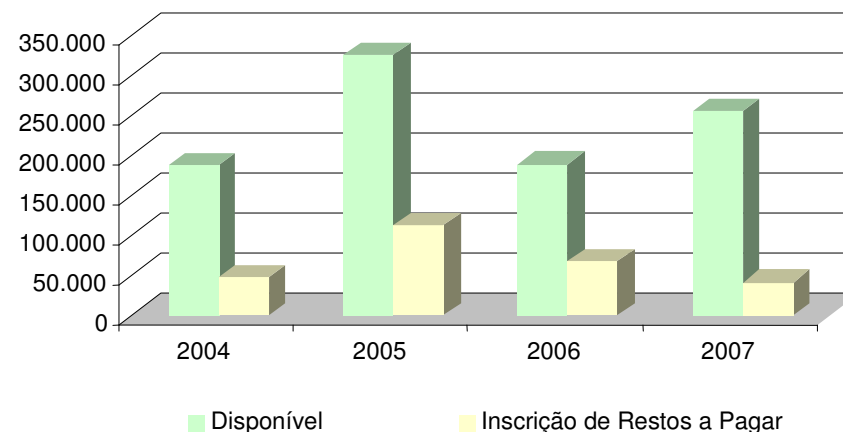
A Tabela 15, com referência aos quatros últimos exercícios, demonstra o percentual comprometido da inscrição em restos a pagar com o saldo do disponível para o período seguinte.

TABELA 15 - DISPONÍVEL X INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

ANO	DISPONÍVEL	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	%
2004	187.396	48.031	25,63
2005	324.683	111.907	34,47
2006	188.322	66.839	35,49
2007	254.547	40.917	16,07

Em R\$ mil

GRÁFICO 10 - DISPONÍVEL X INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR- RP



2.1.4.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

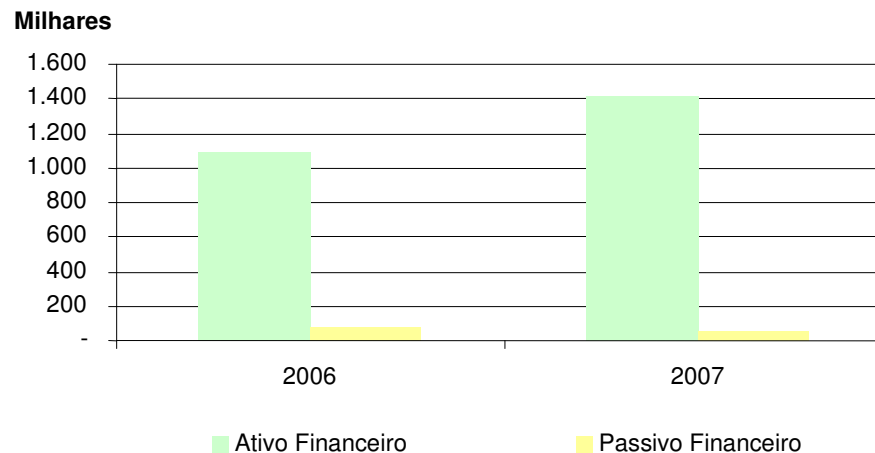
TABELA 16 - BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	2006	2007	DIFERENÇA	PASSIVO	2006	2007	DIFERENÇA
TÍTULO	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	TÍTULO	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
ATIVO FINANCEIRO	1.087.103	1.413.674	326.571	PASSIVO FINANCEIRO	75.641	56.247	(19.394)
Disponível	188.322	254.547	66.225	Dívida Flutuante	74.945	55.309	(19.636)
Agentes Arrecadadores	429	789	360	Valores Pendentes a Curto Prazo	696	938	242
Recursos a Receber	151.319	185.734	34.415				
Investimentos dos Recursos do RPPS	705.018	969.008	263.990				
Realizável a Longo Prazo	32.374	-	(32.374)				
Realizável	9.641	3.596	(6.045)				
ATIVO PERMANENTE	1.422.675	2.023.672	600.997	PASSIVO PERMANENTE	634.027	1.507.888	873.861
Bens do Estado	652.903	851.919	199.016	Dívida Fundada	634.027	626.331	(7.696)
Créditos do Estado	419.114	610.387	191.273	Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	856.708	856.708
Empréstimos Concedidos	62.262	78.396	16.134	Outras Obrigações	-	24.849	24.849
Valores do Estado	288.395	482.970	194.575				
SOMA DO ATIVO REAL	2.509.778	3.437.346	927.568	SOMA DO PASSIVO REAL	709.668	1.564.135	854.467
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real a Descoberto	-	-	-	Ativo Real Líquido	1.800.110	1.873.211	73.101
TOTAL DO ATIVO PATRIMONIAL	2.509.778	3.437.346	927.568	TOTAL DO PASSIVO PATRIMONIAL	2.509.778	3.437.346	927.568
COMPENSAÇÕES ATIVAS	1.563.486	1.703.006	139.520	COMPENSAÇÕES PASSIVAS	1.563.486	1.703.006	139.520
Bens e/ou Valores em Poder de Terceiros	1.173.475	1.170.495	(2.980)	Bens e/ou Val.em Poder de Terceiros	1.173.475	1.170.495	(2.980)
Bens e/ou Valores de Terceiros	390.011	532.511	142.500	Contr. Bens e/ou Valores de Terceiros	390.011	532.511	142.500
TOTAL	4.073.264	5.140.352	1.067.088	TOTAL	4.073.264	5.140.352	1.067.088

Fonte: Siafem/TO

Analisando o balanço patrimonial e suas variações, constata-se que a situação financeira do Poder Executivo do Governo do Estado do Tocantins, no exercício de 2007, demonstra que para cada R\$ 1,00 de passivo financeiro há R\$ 25,13 de ativo financeiro para cobrir seus compromissos, representando um superávit financeiro, também chamado de capital circulante líquido ou capital de giro líquido de R\$ 1.357.427 mil.

No exame do Ativo permanente, verifica-se um acréscimo dos bens, créditos, empréstimos e valores do Estado no montante de R\$ 600.997 mil. Em relação ao Passivo Permanente, observa-se uma diminuição do saldo da dívida do parcelamento do INSS, comparado com o exercício anterior, da ordem de R\$ 7.696 mil, e que ocorreu a contabilização das provisões matemáticas previdenciárias no valor de R\$ 856,708 mil, bem como outras obrigações no valor de R\$ 24.849 mil, referente a precatórios do exercício.

GRÁFICO 11 - ATIVO FINANCEIRO X PASSIVO FINANCEIRO



Tendo como base o exercício anterior, conforme é demonstrado no balanço patrimonial, nota-se que houve um acréscimo do Ativo Real no montante de R\$ 927.568 mil, e no Passivo Real um acréscimo de R\$ 854.468 mil, resultando em uma situação líquida positiva de R\$ 1.873.211 mil, com variação de R\$ 73.101 mil.

2.1.4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, que indica o resultado patrimonial do exercício, consoante o art. 104 da Lei n° 4.320/64.

TABELA 17 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS					
VARIAÇÕES ATIVAS TÍTULOS	R\$ Mil	R\$ Mil	VARIAÇÕES PASSIVAS TÍTULOS	R\$ Mil	R\$ Mil
Resultante de Execução Orçamentária		3.996.626	Resultante de Execução Orçamentária		3.426.333
Receita orçamentária		3.631.744	Despesa Orçamentária		3.023.945
Receitas Correntes	3.094.781		Despesas Corrente	2.145.485	
Receitas de Capital	453.925		Despesas de Capital	808.165	
Receitas Cor. Intra-orçamentária	83.038		Despesas C. Intra-orçamentária	70.295	
Transferências Financeiras Recebidas	1.068	1.068	Transferências Financeiras Concedidas	254.713	254.713
Mutações das Despesas		363.814	Mutações das Receitas		147.675
Indep. da Execução Orçamentária		541.071	Indep. da Execução Orçamentária		1.038.263
Superveniências Ativas		252.217	Superveniências Passivas		956.219
Insubsistência do Passivo		288.854	Insubsistências do Ativo		82.045
Total das Variações Ativas		4.537.697	Total das Variações Passivas		4.464.596
			Resultado Patrimonial do Exercício		
			Superávit Verificado		73.101
TOTAL GERAL		4.537.697	TOTAL GERAL		4.537.697

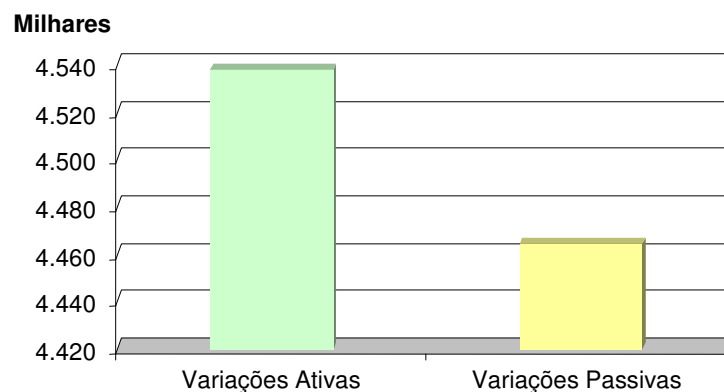
Fonte: Sifem/TO

O confronto entre as variações ativas e passivas, decorrentes e independentes da execução orçamentária, resultou em um superávit de R\$ 73.101 mil.

Nas variações, resultante da execução orçamentária, verifica-se que o montante das variações ativas supera o total das variações passivas em 16,65%, ou seja, para cada R\$ 1,00 de variação passiva resultante da execução orçamentária tem-se R\$ 1,16 de variação ativa resultante da execução orçamentária, isto comprova um superávit de R\$ 570.293 mil.

Correlacionando a execução do Orçamento Corrente com o de Capital, verifica-se que a receita corrente realizada foi superior à despesa corrente executada, correspondendo a R\$ 1,44 de receita corrente para R\$ 1,00 de despesa corrente, exprimindo um resultado positivo de R\$ 0,44, que financiou os investimentos nas despesas de capital.

GRÁFICO 12 - VARIAÇÃO ATIVA X VARIAÇÃO PASSIVA



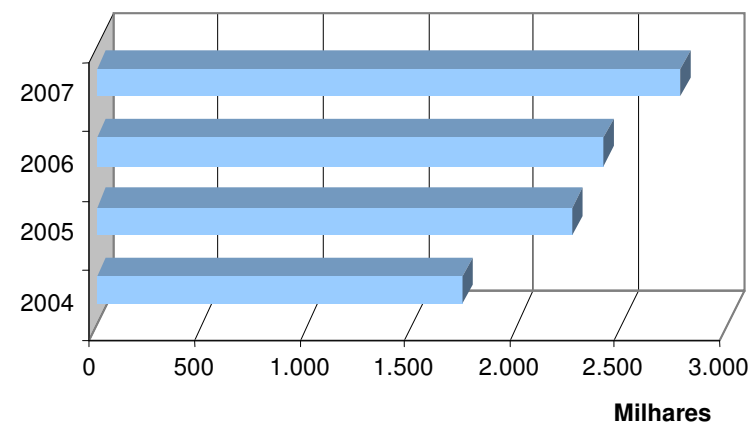
2.1.5 GESTÃO FISCAL

2.1.5.1 Receita Corrente Líquida

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 2º define o conceito de receita corrente líquida, a qual serve de base para apuração dos limites com: Despesas com Pessoal, Dívida Pública, Operações de Créditos, Garantias e Contragarantias.

A Tabela 18 demonstra a apuração da Receita Corrente Líquida - RCL do exercício e o Gráfico 13, sua evolução nos últimos anos, com aumento de 15,11% de 2006 para 2007.

GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



	2006	2007	AH%
RECEITAS CORRENTES (I)	2.993.016.010,820	3.464.919.099,470	15,770
Receita Tributária	855.104.144,790	958.137.001,200	12,050
Receita de Contribuições	119.303.384,600	156.037.316,840	30,790
Receita Patrimonial	120.116.486,180	200.099.971,540	66,590
Receita de Serviços	925.415,620	1.142.198,910	23,430
Transferências Correntes	1.869.437.775,64	2.118.942.221,07	13,350
Outras Receitas Correntes	20.120.000,00	30.500.000,00	8,640
DEDUÇÕES (II)	(576.595.114,19)	(683.469.643,43)	18,540
Transferências Constitucionais e legais		(231.867.524,95)	11,270
Contrib. Plano Seg.Social Servidor	(208.374.272,39)	(84.740.830,16)	18,720
Comp.Financ. entre Regimes de Previd.	(71.381.471,91)	(247.942,77)	-3,480
Dedução de Rec. P/ Formação do FUNDEB	(256.870,63)	(366.613.345,55)	23,610
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I- II)	2.416.420.896,63	2.781.449.456,04	15,110

2.1.5.2 Despesas com Pessoal e Encargos

A Lei Complementar nº. 101, de 04/05/2000 em seu art. 20, II, "c", estabelece que o total da Despesa de Pessoal, ativo e inativo, do Poder Executivo dos Estados, não poderá exceder 49% da Receita Corrente Líquida, o que vem sendo cumprido rigorosamente, conforme observado nas Tabelas 19 e 20, com aplicação de 42,55%, tendo como margem de folga um índice de 6,45%.

TABELA 19 - LIMITES DOS GASTOS COM PESSOAL

PODER EXECUTIVO	RELAÇÃO (%) GASTOS SOBRE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
	2006	2007
APURADO	44,70	42,55
LIMITE	49,00	49,00

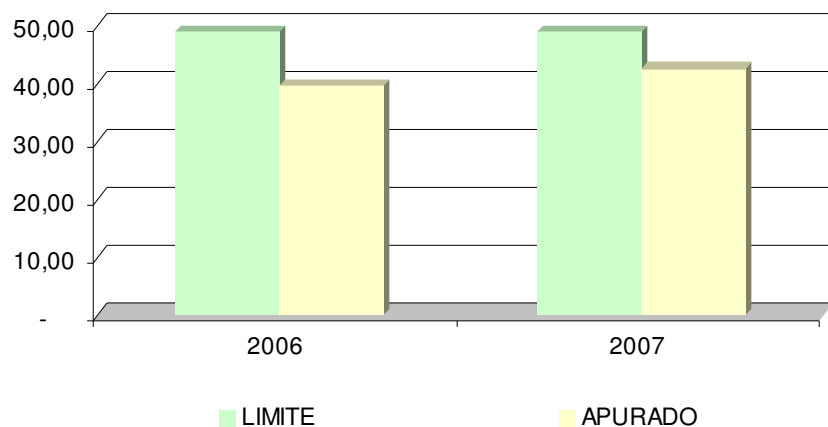
TABELA 20 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

LR, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JAN/07 A DEZ/07	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RPNP
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.222.770.489,30	
Pessoal Ativo	1.137.474.411,27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	85.296.078,03	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 de LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	39.256.372,79	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	256.866,67	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	1.204.004,81	
(-) Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	-	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.795.501,31	
DESPESA C/ PESSOAL P/ FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	1.183.514.116,51	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.781.449.456,04	
% DESPESA C/ PESSOAL P/ FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE TDP sobre a RCL	42,55	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	1.362.910.233,46	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	1.294.764.721,79	

GRÁFICO 14 - LIMITE DOS GASTOS COM PESSOAL



2.1.5.3 Dívida Consolidada Líquida

O nível de endividamento é determinado pela Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que em seu artigo 3º, Inciso I, permite o índice de até duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

A dívida consolidada é formada pelo montante das obrigações financeiras assumidas, mediante contratos, convênios, tratados e operações de créditos, nos termos do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, cujo prazo de amortização seja superior a doze meses, exceto as operações que suas receitas tenham constado do orçamento.

A Tabela 21 mostra o comparativo dos números de endividamento permitido com o endividamento efetivo do Poder Executivo, a qual traduz com clareza a folga existente entre o limite legal e o seu comprometimento.

TABELA 21 - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Comprometimento Permitido	5.562.898.912,08	200,00
Dívida Consolidada Líquida	235.458.960,66	8,47

2.1.5.4 Garantias e Contragarantias de Valores

TABELA 22 - LIMITE DE GARANTIA CONCEDIDAS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Garantia Permitido	611.918.880,33	22,00
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS	8.773.707,62	0,32

As garantias concedidas compreendem as operações de créditos interna e externa, conforme preceitua a Lei 101/2000 e Resoluções 40 e 43 de 2001, combinada com a resolução nº. 96 de 1989 e respectivas alterações, não podendo exceder o limite de 22% da Receita Corrente Líquida. Assim, o Poder Executivo vem cumprindo com a legislação, conforme demonstra a Tabela 22.

2.1.5.5 Operações de Crédito

As operações de crédito dependem de autorização legal e não podem ser superiores às despesas de capital previstas para o exercício, salvo nos casos de autorização via créditos suplementares ou especiais com destinação específica e desde que sejam aprovados pelo poder legislativo por maioria absoluta.

Para que o legislativo aprove as operações de crédito, estas devem ser, no montante, inferior a 16% da Receita Corrente Líquida - RCL, e a Tabela 23 evidencia que o Poder Executivo tem 11,29% de margem livre, caso seja necessário assumir compromissos deste gênero.

TABELA 23 - LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	2.781.449.456,04	100,00
Limite de Operações de Crédito Permitido	445.031.912,97	16,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.773.707,62	4,71

2.1.5.6 Disponibilidade de Caixa

O Art. 42 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que os titulares dos poderes não poderão contrair, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, obrigações que não tenham cobertura financeira para pagamento, antes do encerramento do exercício.

Essa disposição legal vem sendo cumprida pelo executivo em todos os fechamentos dos exercícios, de acordo com a tabela abaixo, mesmo não sendo final de mandato, além de atender o estabelecido no parágrafo único do Art. 8º da referida lei, vinculando a aplicação das receitas ao objeto da destinação específica, independente do exercício em que ocorreu seu ingresso.

TABELA 24 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA VERSUS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR - LRF, art. 42

ANO	Disponibilidade Financeira	Inscrição em Restos a Pagar	%
2004	664.723	55.871	8,41
2005	942.913	118.267	12,54
2006	1.088.086	73.353	6,74
2007	1.422.748	47.192	3,32

2.1.6 LIMITES CONSTITUCIONAIS

2.1.6.1 Aplicação na Saúde

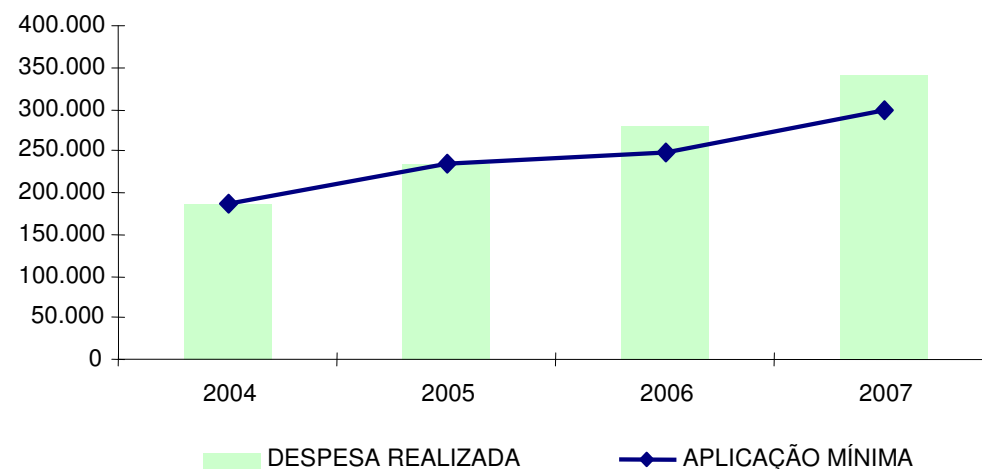
No exercício foi investido em educação o valor de R\$ 342.458 mil, 14,91% da Receita Corrente Líquida, superior aos 2,91% determinado pela Emenda Constitucional nº. 29 em seu Art. 77, conforme constata-se na Tabela 25 e evolução do Gráfico 15, a seguir:

TABELA 25 - APLICAÇÃO NA SAÚDE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Em R\$ Mil

PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	%
2004	185.946	186.037	12,01
2005	234.140	235.576	12,05
2006	249.215	280.645	13,51
2007	275.683	342.458	14,91

GRÁFICO 15 - APLICAÇÃO NA SAÚDE NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS



2.1.6.2 Aplicação na Educação

Os investimentos em educação, manutenção e desenvolvimento do ensino, são fixados no limite mínimo de 25% da receita resultante da arrecadação dos impostos estaduais, de acordo com o Art. 12 da Constituição Federal. O Poder Executivo aplicou R\$ 576.428 mil, atingindo a marca de 25,09%, representado na Tabela 26.

TABELA 26 - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS Em R\$ Mil

PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	%
2004	387.388	405.647	26,18
2005	487.791	488.519	25,04
2006	519.197	521.075	25,09
2007	574.340	576.428	25,09

GRÁFICO 16 - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

